

## SONIA RACY

Direto da fonte

soracy@estado.com.br



### Copom: unanimidade do mercado não bate com opinião de economistas

●●● Pelo jeito, a decisão de amanhã do Copom deverá ser recebida com tranqüilidade pelo mercado financeiro. Ontem, o mercado de juros futuros na BM&F se comportou como se o BC fosse promover mais uma alta de 0,50 ponto porcentual na Selic. Esta é a aposta majoritária dos players de mercado e também dos empresários, que já se preparam para chiar, como de hábito. A pesquisa Focus, por sua vez, divulgada ontem, registrou um ligeiro recuo nas projeções de inflação para 2005, de 5,80% para 5,78%, ao mesmo tempo que IPC-S semanal veio acima do esperado por causa das contas de telefone e do aumento dos combustíveis.

●●● Os dois ex-BCs Gustavo Loyola e Sergio Werlang, no entanto, são vozes dissonantes no mercado. Não vêm motivo para que o BC aumente a taxa Selic em 0,50 ponto porcentual. “As expectativas de inflação estão em baixa, o petróleo volta a níveis mais realistas, o câmbio não está sendo pressionado, muito pelo contrário, por que então um aumento deste tamanho nos juros?”, perguntam. Admitem algo como 0,25 ponto porcentual, o que seria um sinal

de contenção e de gradualidade na política monetária. A segunda opção seria deixar a taxa como está. E mais. Ao intervir no mercado de câmbio nos últimos dias, o BC sinalizou que não está mais tão preocupado com a pressão inflacionária, como estava há um mês. O risco inflacionário certamente diminuiu e, afinal, não faz muito sentido técnico tentar sustentar a moeda operacionalmente, ao mesmo tempo que se aumenta a taxa de juros.

●●● Para o ano que vem – esta é a última reunião do Copom de 2004 –, Loyola prevê estabilidade na taxa de juros durante o primeiro semestre e, a partir do início do segundo, poderá ter início uma redução gradual dos juros caso não ocorra nenhum evento além dos que se está considerando hoje.

●●● E o Fed, o que fará hoje? Segundo Loyola e Werlang, não fará nada além do previsível e consolidado: vai aumentar os juros americanos para 2,25%, um acréscimo de 0,25 ponto porcentual.

#### IMPRESSÃO DIGITAL

O setor eletroeletrônico está registrando este ano uma utilização da capacidade instalada de 83%. Número preocupante? Ainda não, segundo Antonio Correia de Lacerda, economista-chefe da Associação Brasileira de Eletroeletrônicos. Segundo ele, trata-se de uma média, considerando um turno de oito horas de trabalho. Logo, teoricamente, é possível ampliar a produção em mais dois turnos e fins de semana, caso necessário para atender a demanda, sem necessidade de novos investimentos. O proble-



Antonio Correia de Lacerda  
Economista-chefe da Abinee

ma concentra-se em alguns setores que já estão operando com turnos adicionais. Mas esses ainda são poucos e não constituem regra.

#### NA FRENTE

##### TENTATIVA

O STF retoma amanhã o julgamento do processo sobre alíquota zero do IPI.

Será definido se as empresas terão ou não direito de se creditar do IPI incidente sobre matéria-prima tributada com alíquota zero.

##### TENTATIVA 2

A polêmica questão vem correndo desde dezembro de 2002, segundo a Arko consultoria, quando o STF decidiu que elas teriam direito ao chamado crédito presumido do IPI.

Por meio de recurso extraordinário, o governo tenta reverter tal entendimento, alegando que, diferentemente do que ocorre com a isenção tributária, a alíquota zero não gera direito de crédito escritural do IPI.

##### TENTATIVA 3

Ao ser interrompido em setembro deste ano pelo pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, o julgamento apontava um placar de 4 a 2 a favor da União, mostrando tendência de revisão da decisão anterior.

Um fato que não é raro, mas é incomum.

##### SUCESSO

Voltam a ser auspiciosas as perspectivas de crescimento da exportação de suco de laranja

brasileiro para a China. Os chineses informam que, desde 1.º de dezembro, o produto brasileiro voltou a pagar uma alíquota de 7,5%, em lugar dos 30% cobrados nos últimos meses.

Resultado principalmente de conversas com o pessoal do Itamaraty e com o Departamento de Alfândegas, da RF, durante a recente visita do presidente chinês ao Brasil.

##### EMERGENTES

Vinte e cinco países da Europa apóiam, unanimemente, a candidatura de Pascoal Lamy para a presidência da OMC.

O Mercosul, que é formado por quatro países, tem dois: um brasileiro e outro uruguaio...

##### ESCAPOU?

Em seminário sobre concorrência organizado pelo Ibrac, em Sauípe, Bahia, a diretora da Secretaria de Direito Econômico Bárbara Rosenberg utilizou um caso, ainda não julgado pelo Cadec, como exemplo do bom desempenho de seu departamento.

Provocou indignação dos advogados presentes e crítica na publicação internacional Global Competition Review, a mais importante do setor.

ção de Reserva Legal”.

● O ministro José Dirceu – que voltou a olhar o ministro Antônio Palocci “de banda” – fez ontem um discurso na Fecomércio do Rio totalmente afinado com a atual política econômica do Ministério da Fazenda. Poderia ter sido Palocci o palestrante...

#### CURTAS

● A revista *Exame* anuncia amanhã, no Teatro Abril, em São Paulo, a lista das empresas-modelo de cidadania corporativa e os projetos sociais que se sobressaíram em 2004.

● A Sociedade Rural Brasileira promove hoje palestra sobre “Regularização Fundiária: Georreferenciamento e Averka-

## CELSO MING

ming@estado.com.br



### A doença argentina

Começa hoje o encontro de Ouro Preto, supostamente para definir avanços no Mercosul.

Ontem, o governo Lula passou o recado de que está preparado para revidar ao jogo duro argentino no comércio bilateral. Por aí se vê que a pauta de Ouro Preto pode ficar ainda mais prejudicada do que ficara com o impasse na reunião de sexta-feira sobre as salvaguardas comerciais. É como tratar dos efeitos do casamento quando o casamento está ameaçado.

O governo Kirchner argumenta que a indústria argentina precisa de tempo para recuperar-se. Salvaguardas são mecanismos de restrição comercial que devem corrigir anomalias, como mudanças no fluxo comercial que prejudiquem mais um lado do que o outro. É da natureza do regime de salvaguardas que sejam temporárias, para que não criem novas distorções. Por isso, teriam de vir acompanhadas de um plano cujo objetivo fosse eliminar a fonte das assimetrias. No entanto, o governo argentino não tem plano. Isso sugere que as salvaguardas pretendidas tenderiam a perpetuar-se.

O problema de fundo é a baixa competitividade industrial argentina cujo sintoma do momento é o que eles chamam de “inundação de produtos brasileiros”.

Esse mal vem lá de trás. Bem antes do Mercosul, a União da Indústria Argentina (UIA) se queixava da “competição desigual del Brasil”. Esse “desigual” muitas vezes chegou a resvalar para adjetivo mais carregado: “desleal”.

O diagnóstico tem variado conforme o vento. Nos anos 80, os líderes da UIA reclamavam dos juros e da carga tributária a que estavam submetidos. Como o Brasil é campeão nessas modalidades, a desculpa não pegou. Em 1999, o ministro Domingo Cavallo bramia contra a desvalorização cambial brasileira que veio, segundo ele, para “roubar o vizinho”. Dois anos após, veio a desvalorização argentina que praticamente emparelhou o peso com o real, e viu-se que a diferença de câmbio não explica muita coisa.

Alguns insistem em que a indústria argentina não tem escala de produção porque a Argentina tem 37,5 milhões de habitantes e o Bra-

sil, 182 milhões. É uma alegação estapafúrdia porque, numa área de livre comércio, a indústria dos integrantes do bloco tem acesso aos mercados dos países-sócios.

A choramingada da hora é de que o Brasil tem BNDES e a Argentina, não; que o Brasil tem acesso ao crédito externo e a Argentina, em moratória, não; ou que a in-

#### INDÚSTRIA NÃO É COMPETITIVA NEM EM SETORES EM QUE DEVERIA SER LÍDER

dústria estrangeira que se instala no Brasil ganha subsídios do governo e a indústria argentina não tem regalias assim. Embora os subsídios sejam condenáveis, porque desembocam na guerra fiscal e criam desigualdades num ambiente que se supõe de igualdade de oportunidades, a desculpa não faz sentido porque os subsídios alcançam um número baixo de indústrias brasileiras e os juros dos financiamentos, mesmo os oficiais,

são mais altos que os que podem ser obtidos no mercado externo.

A indústria argentina não tem competitividade até em segmentos onde teria condições de ser a primeira do mundo, como em frango, calçados e têxteis. A melhor explicação é a baixa incorporação de tecnologia e o atraso tecnológico da indústria argentina. Nessas condições, rodinhas laterais na bicicleta ajudam a criança a manter-se no selim, mas, se não forem temporárias, só atrapalham.

Os argentinos queixam-se, também, de que o Mercosul não prevê transferências compensatórias de recursos, como as que existem na União Européia, que ajudem os países pobres a tirar o atraso diante dos mais avançados. Mas o Mercosul não é a União Européia nem o Brasil, a Alemanha. O Mercosul é um bloco de países relativamente pobres que não podem dar-se ao luxo de gastar com os vizinhos os recursos que fazem falta onde existem. Como entender que o BNDES despeje dinheiro público na infra-estrutura de outros países se aqui rodovias, portos, ferrovias e armazéns estão como estão?●

**EMPREENDEUR** para extrair ou para construir?  
reflexões amana-key • www.ama-na-key.com.br • www.oscarmotomura.com.br

### Mais juízes ou menos conflitos?

#### OPINIÃO

José Pastore\*



Em 11 de março de 2003 publiquei nesta coluna um artigo estimando o custo da Justiça do Trabalho. Usando dados de 2001, verifiquei que para solucionar um caso no valor de R\$ 1.000,00 o sistema judiciário gastou, em média, R\$ 770,00 – revelando uma taxa de retorno pouco recomendável.

Enfatizei que os juízes não tinham a menor culpa nesse cartório. Afinal, eles têm de cumprir uma lei que, esta, sim, é esdrúxula, antiquada, onerosa e, ademais, desperdiça talentos ao submeter profissionais bem preparados ao exame cotidiano das mesmas reclamações individuais, numa rotina infernal: pendências de cartório, horas extras, férias, 13.º salário, aviso prévio, abono de férias, etc.

Alguns magistrados criticaram o artigo publicado, argumentando não ser adequado “matematizar” as atividades de uma instituição que se destina a garantir os direitos dos ci-

dadãos e manter a ordem jurídica da Nação, além de auxiliar o Fisco na arrecadação de impostos e contribuições sociais.

Com todo o respeito àquelas opiniões, parece-me razoável querer saber quanto se gasta para fazer justiça no Brasil. Qual é a situação atual?

O ano de 2003 apresentou um aumento de processos em relação a 2002. Mas as varas e os tribunais do trabalho também aumentaram de produção, tendo conciliado e julgado um maior número de casos. Por isso, esperava uma melhoria na relação entre despesas e resultados. O que aconteceu?

O *Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2003* indica que entraram 1.706.778 reclamações trabalhistas novas, e foram solucionadas 1.640.958. Depois de realizadas as conciliações e proferidas as sentenças, foram pagos R\$ 5.038.809.649,00 aos reclamantes.

Quanto se gastou para isso? Em 2003, a União repassou à Justiça do Trabalho R\$ 5.233.811.531,00. Ou seja, o orçamento foi maior do que o valor pago aos reclamantes. Isso significa que, para resolver R\$ 1.000,00, se gastou mais de R\$ 1.000,00 – uma taxa de retorno gravemente negativa.

A taxa fica ainda mais negativa quando se consideram as

despesas das partes com advogados, prepostos, dias parados, tempo perdido, etc. Pior: o esforço de toda essa complexa máquina redundou no pagamento de um valor médio de R\$ 3.070,00 aos reclamantes.

Apesar de ter 2.774 magistrados e 30.666 servidores, a Justiça do Trabalho não dá conta dos milhares de processos que entram diariamente. Em 2003, tramitaram nas varas e nos tribunais 2.456.327 ações – computando-se os resíduos de anos anteriores. Na França e nos Estados Unidos foram cerca de 75 mil casos e no Japão, 2.500. Não há quem agüente analisar e julgar 2,5 milhões de processos por ano. No Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo, cada ministro recebeu em 2003, em média, 539 processos por mês para estudar e levar a julgamento – um absurdo!

Para complicar, a reforma do Poder Judiciário, recentemente aprovada, deu novas atribuições à Justiça do Trabalho, que, doravante, julgará também os casos de trabalhadores autônomos, lides sindicais, danos morais e vários outros, antevendo-se um maior congestionamento.

Qual é a solução? Aumentar o número de juízes e servidores? Não! O que o Brasil precisa é diminuir o número de con-

flitos. Isso exige uma mudança de concepção na solução de conflitos trabalhistas. A base do direito do trabalho teria de se deslocar da lei para o contrato, dos tribunais para as mesas de negociação e dos julgamentos para os métodos voluntários de resolução de controvérsias – autocomposição, conciliação, mediação, arbitragem, etc.

Essa é a verdadeira agenda da reforma trabalhista. E é aqui que o carro pega, porque a prevalente cultura do “garantismo legal” não acredita na negociação, mas apenas na lei. Os que assim pensam recusam transferir uma boa parte dos direitos da lei para o contrato negociado. Diferentemente da área cível, na qual os contratos valem tanto quanto a lei – casamento, compra e venda, locação, etc. –, os que temem a negociação querem manter na lei tudo aquilo que nas demais nações do mundo é matéria de acerto direto entre as partes, inclusive os métodos de resolução de conflitos. Se isso não mudar, teremos de dobrar os quadros da Justiça do Trabalho em pouco tempo.●

\*José Pastore é professor da FEA-USP e membro da Academia Paulista de Letras. Home page: www.josepastore.com.br. E-mail: jpp@uninet.com.br

### Taxa cambial e inflação

Este vai ser o primeiro ano em que a inflação brasileira ficará dentro da margem fixada desde que se instituiu o regime de metas, e tudo indica que, no próximo ano, também teremos o mesmo resultado. O que não se sabe é se o Comitê de Política Monetária (Copom) fixará a taxa Selic em função do centro da meta, dos 5,1%, ou trabalhará para apenas se aproximar dele.

A questão tem sua importância, pois poderá definir a política cambial, uma vez que o Banco Central (BC) utiliza a valorização do real ante o dólar para buscar atingir a meta de inflação.

O ex-presidente do BC Ibrahim Eris, numa entrevista ao *Valor*, analisa essa questão e aproveita para alertar sobre a armadi-

lha em que caiu o Copom por querer definir suas decisões de política monetária em função da meta central, não da margem de inflação prevista.

Ibrahim Eris, que era contrário a uma política de metas de inflação, reconhece hoje que é muito difícil abandoná-la. Todavia, mostra-se preocupado com a rigidez das autoridades monetárias, que, para atingir o centro da meta, estão sacrificando os exportadores, recusando-se a uma atuação maior no mercado cambial para impedir a excessiva valorização da moeda nacional ante a dos EUA. Só espera que depois de ter, finalmente, aceitado inter-

vir no mercado, o BC continue atuando com habilidade.

Uma dúvida suscitada pelo ex-presidente do BC é se a meta de inflação em sido escolhida com cuidado suficiente pelo Conselho Monetário Nacional, do qual participam apenas três pessoas. De fato, diante da perspectiva de um crescimento importante do PIB, uma meta central de 5,1% lhe parece excessivamente otimista. Pode-se discutir essa visão

de Ibrahim Eris, que vincularia a meta de inflação à perspectiva para o PIB, correndo assim o risco de favorecer uma inflação maior, sem que o crescimento esperado para o PIB se concretizasse.

